RIODADES

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA | SERNANCELHE

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO



RIODADES

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA | SERNANCELHE

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO

Edição | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Elaboração | Departamento de Gestão dos Fogos Rurais; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas/ Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Centro

Fotografia capa | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Data edição |27 de outubro de 2020

O presente documento encontra-se disponível em www.icnf.pt

Índice

1 INTRODUÇÃO 2
2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO 3
3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA 5
4 ANEXOS 9

ANEXO I - Mapas 9
ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável ..... **Erro! Marcador não definido.**

1 INTRODUÇÃO

No mês de julho de 2020, entre os dias 10 e 11, ocorreu um incêndio florestal de grandes dimensões que afetou 768 hectares nos concelhos de são João da Pesqueira e Sernancelhe, distrito de Viseu.

Atendendo ao forte impacte na paisagem, no funcionamento dos ecossistemas e nas atividades humanas, que em grande medida se baseiam no setor primário e, crescentemente, no turismo em espaço rural, e também ao histórico de incêndios florestais desde a década de 1960, de que se salientam os grandes fogos de 1975, 1984, 1989, 1991, 1994, 1998, 2003, 2005 e 2010, nos termos da legislação em vigor, é justificada a elaboração de um relatório de estabilização de emergência (anexo I).

O fogo é um fator ecológico desde sempre presente nos ecossistemas ibéricos e um poderoso modelador da paisagem. Neste contexto, entende-se como *recuperação de áreas ardidas*,

> "As atividades realizadas com vista a garantir que as áreas ardidas venham a assegurar os fluxos de bens e serviços necessários à manutenção das condições ecológicas dos espaços afetados e das condições socioeconómicas das populações envolventes".

A recuperação abrange duas dimensões, a *biofísica* e a *socioeconómica*, sendo que no âmbito da primeira componente são usualmente distinguidas 4 fases no processo de recuperação de uma área ardida, as quais por vezes podem ser simultâneas:

- 1.ª **Avaliação dos efeitos do incêndio**, incluindo todas as ações no âmbito da delimitação e caracterização do problema, nomeadamente no que respeita à cartografia da área afetada, grau de severidade do incêndio, identificação dos danos imediatos e de longo prazo e dos impactes socioeconómicos. Muitas vezes esta fase inicia-se ainda durante a ocorrência do incêndio e termina nas semanas imediatas;
- 2.ª **Estabilização de emergência**, na qual se executam as ações que se a executar no *muito curto prazo* (nas semanas seguintes) no âmbito da proteção das bacias hidrográficas e do solo e, por exemplo, das medidas de emergência para a salvaguarda da vegetação e da fauna com especial valor de conservação e com impacte na segurança das infraestruturas. Pretende-se aqui reconhecer eventuais ameaças iminentes à vida e segurança humanas, às propriedades e bens e a recursos naturais ou culturais relevantes e executar ações imediatas, tecnicamente ajustadas, para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados;
- 3.ª **Reabilitação**, envolvendo sobretudo atividade a executar no *curto e médio prazos* no âmbito da proteção das bacias hidrográficas, do solo, da recuperação de salvados e da vegetação e da fauna (incluindo a cinegética), muitas associadas à monitorização da resposta dos ecossistemas e às medidas corretivas que dela derivem, no prazo de 2-3 anos após o incêndio;
- 4.ª **Recuperação de longo prazo**, com todas as ações de planeamento e intervenção que assegurem a recuperação sustentável das áreas ardidas no *longo e muito longo prazos*, desenvolvidas normalmente após 2-3 anos depois da ocorrência do incêndio. Para este efeito existem várias medidas de política florestal que visam garantir um adequado enquadramento institucional e gestionário, de que se salientam as zonas de intervenção florestal (ZIF) e as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP).

O presente relatório realizado em estreita cooperação com as autarquias locais e com as organizações de produtores florestais dos concelhos afetados, visa dar resposta às necessidades de intervenção de emergência, cobrindo principalmente os pontos 1 a 3 acima referidos, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro, e bem assim à Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho (Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais)

2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

O incêndio de **Riodades** localiza-se na zona centro de Portugal Continental, entre as latitudes 40,9677 N e 40,0187 N e longitudes 07,5224 W e 07,4903W, inserido na NUTS III Douro.

O alerta do incêndio foi dado no dia **10-07-2020** pelas 14h00, sendo dado como extinto no dia **11-07-2020** pelas 19h00, tendo ardido um total de **768,5 hectares**. Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **BL120344** e código ANEPC **2020180031783**.

A delimitação do perímetro do incêndio para efeitos de análise cartográfica, teve por base as imagens do Satélite Sentinel-2.

Área ardida por limite administrativo

Distrito	Concelho	Freguesia	Área ardida (ha)	Área da unidade administrativa (ha)	Área ardida (%)
Castelo Branco	**São João da Pesqueira**	Riodades	15	2007	**0,75%**
		Total concelho	**15**	**26611**	**0,06%**
	Sernancelhe	UF Fonte Arcada e Escurquela	490	1987	**24,66%**
		UF Ferreirim e Macieira	264	2237	**11,8%**
		Total concelho	**754**	**22861**	**3,3%**

Área ardida por classe de ocupação do solo (COS 2015)

Ocupação do solo	Espécie	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	Pinheiro bravo	14,68	**30,46**
	Carvalho	4,02	
	Castanheiro	11,76	
Matos e Pastagens			**707,48**
Agricultura			**28,85**
Urbano			**1,69**
Total			**768,48**

Dados de ocupação do solo por freguesia (COS 2015) – concelho de São João da Pesqueira

Ocupação do solo	Espécie	Concelho de São João da Pesqueira			
		Freguesia Riodades		Área total no concelho (ha)	
		Área parcial (ha)			
Floresta	Pinheiro bravo	0,13	0,46	**0,13**	**0,46**
	Castanheiro	0,33		**0,33**	
	Carvalho	0		**0**	
Matos e Pastagens			14,2		**14,2**
Agricultura			0,16		**0,16**
Urbano			0		**0**
Total			**14,82**		**14,82**

Dados de ocupação do solo por freguesia (COS 2015) – concelho de Sernancelhe

Ocupação do solo	Espécie	Concelho de Sernancelhe					
		UF Fonte Arcada e Escurquela		UF Ferreirim e Macieira		Área total no concelho (ha)	
		Área parcial (ha)		Área parcial (ha)			
Floresta	Pinheiro bravo	14,55	28,11	0	1,89	**14,55**	**30**
	Castanheiro	1,8		1,89		**3,69**	
	Carvalho	11,76		0		**11,76**	
Matos e Pastagens			442,12		251,16		**693,28**
Agricultura			19,82		8,87		**28,69**
Urbano			-		1,69		**1,69**
Total			**490,05**		**263,61**		**753,66**

Como apoio à caracterização e planeamento das ações foram desenvolvidos os seguintes cartogramas:

- Carta 01 – Carta de Enquadramento
- Carta 02 – Carta de Enquadramento sobre ortofotomapa
- Carta 03 – Carta de altimetria
- Carta 04 – Carta de declives
- Carta 05 – Carta de sub-bacias e RPFGC planeada
- Carta 06 – Carta de ocupação do solo
- Carta 07 – Carta de Perigosidade de incêndio de 2020
- Carta 08 – Carta de recorrência de incêndios (1975-2019)
- Carta 09 – Carta de Severidade (dNBR)
- Carta 10 – Carta de Intervenções Prioritárias

3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As necessidades de intervenção foram avaliadas tendo em conta vários fatores, nomeadamente a severidade de incêndio, declives, ocupação do solo, áreas com estatuto de proteção, linhas de água, rede viária e pontos de água

Seguidamente apresentam-se as fichas de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante, segundo o estipulado no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro), estratificadas por concelho que se encontram estruturadas em quatro tipologias de intervenção:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água; Diminuição da perda de biodiversidade.

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	768	Data Inicio	10/07/2020
Concelho(s)	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA; SERNANCELHE	Data Fim	11/07/2020
Distrito(s)	VISEU	NUTS III	DOURO

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	768	**Elemento fisiográfico do terreno**	
		Encostas	
		Linhas de água	x
Freguesia(s)	Ferreirim e Macieira; Fonte Arcada e Escurquela; Riodades	Rede viária	x
		Redes DFCI	
Concelho(s)	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA; SERNANCELHE	Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário(€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	9	5,00 €	45,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	17	100,00 €	1 700,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	4,62	925,00 €	4 273,50 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**6 018,50 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	3,73	2 000,00 €	7 460,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	3,73	1 950,00 €	7 273,50 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**14 733,50 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	24	50,00 €	1 200,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**1 200,00 €**
			Total:	**21 952,00 €**

4- Observações:

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	15	Data Inicio	10/07/2020
Concelho	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	Data Fim	11/07/2020
Distrito	VISEU	NUTS III	DOURO

2 - Parcelas de intervenção

		Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	15	Encostas	
Freguesia(s)	Riodades	Linhas de água	
		Rede viária	
		Redes DFCI	
Concelho	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	1	5,00 €	5,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	1	100,00 €	100,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	0,00	0,00 €	0,00 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**105,00 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	1	50,00 €	50,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**50,00 €**
			Total:	**155,00 €**

4- Observações:

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	754	Data Inicio	10/07/2020
Concelho	SERNANCELHE	Data Fim	11/07/2020
Distrito	VISEU	NUTS III	DOURO

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	754
Freguesia(s)	Ferreirim e Macieira. Fonte Arcada e Escurquela
Concelho	SERNANCELHE

Elemento fisiográfico do terreno	
Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

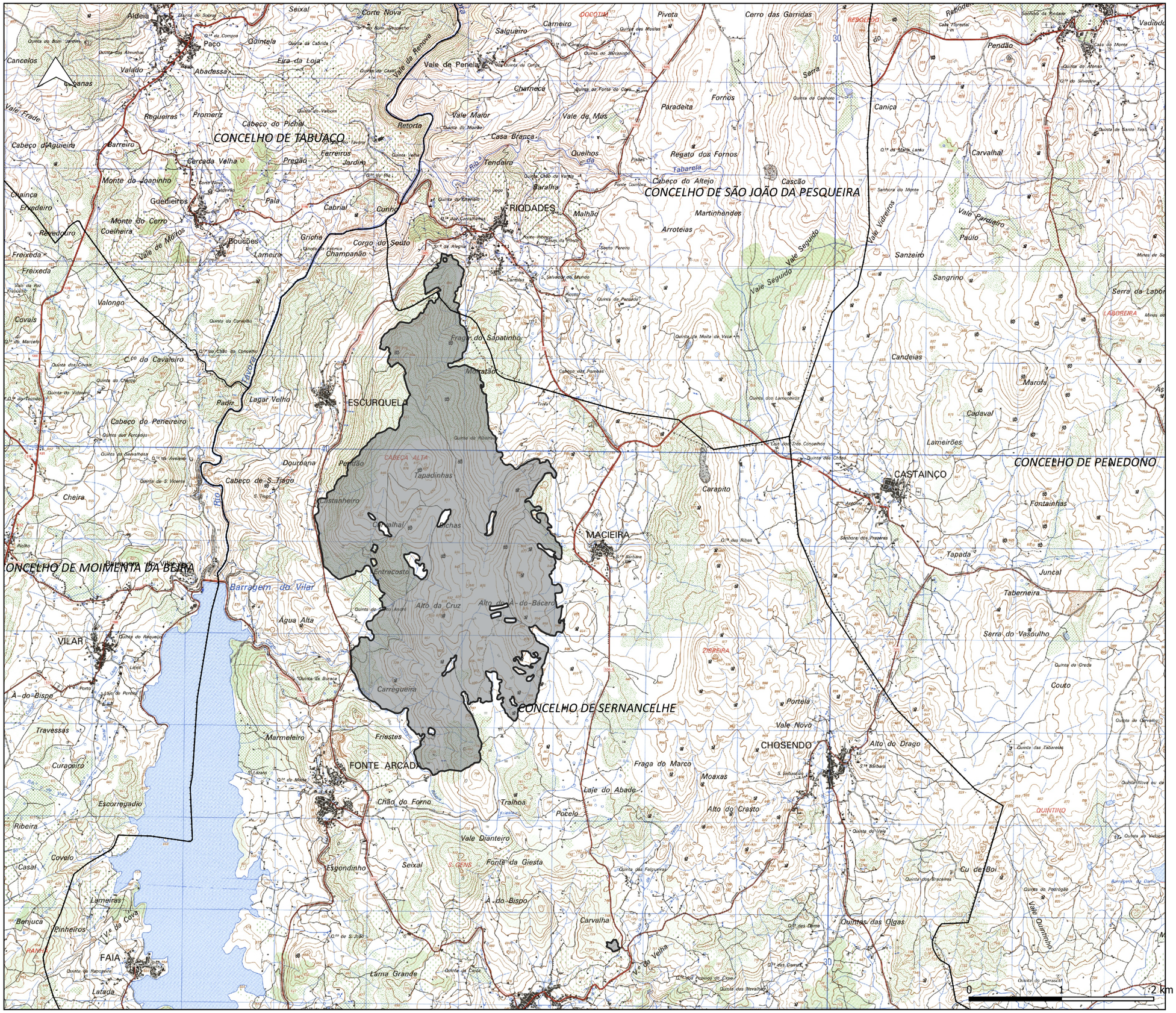
3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	8	5,00 €	40,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	16	100,00 €	1 600,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	4,62	925,00 €	4 273,50 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**5 913,50 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	3,73	2 000,00 €	7 460,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	3,73	1 950,00 €	7 273,50 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**14 733,50 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	23	50,00 €	1 150,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**1 150,00 €**
			Total:	**21 797,00 €**

4- Observações:

4 ANEXOS

ANEXO I - Mapas



Legenda

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344
(10-07-2020)
Carta de enquadramento

Fonte: ICNF, I.P e OSM	Esc:1:40000
Data: 27 de outubro 2020	**01-A3**

CONCELHO DE TABUAÇO

CONCELHO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

CONCELHO DE PENEDONO

CONCELHO DE MOIMENTA DA BEIRA

CONCELHO DE SERNANCELHE

0 1 2 km

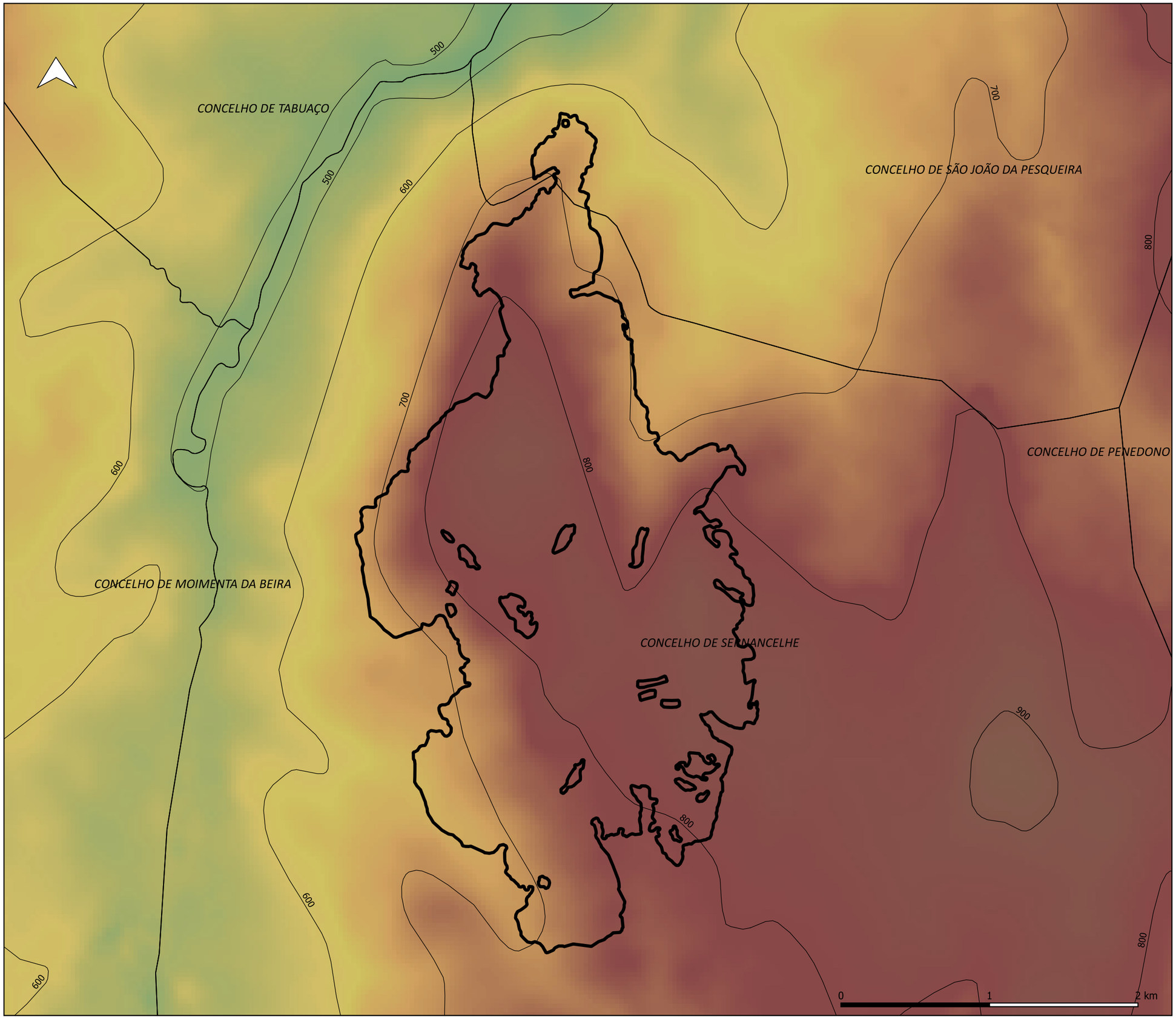
Legenda

- Perímetro incêndio
- Rede viária (OSM)
- Linhas de água
- Concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344
(10-07-2020)
Carta de enquadramento sobre ortofotomapa

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:25000
Data: 27 de outubro 2020	**02-A3**



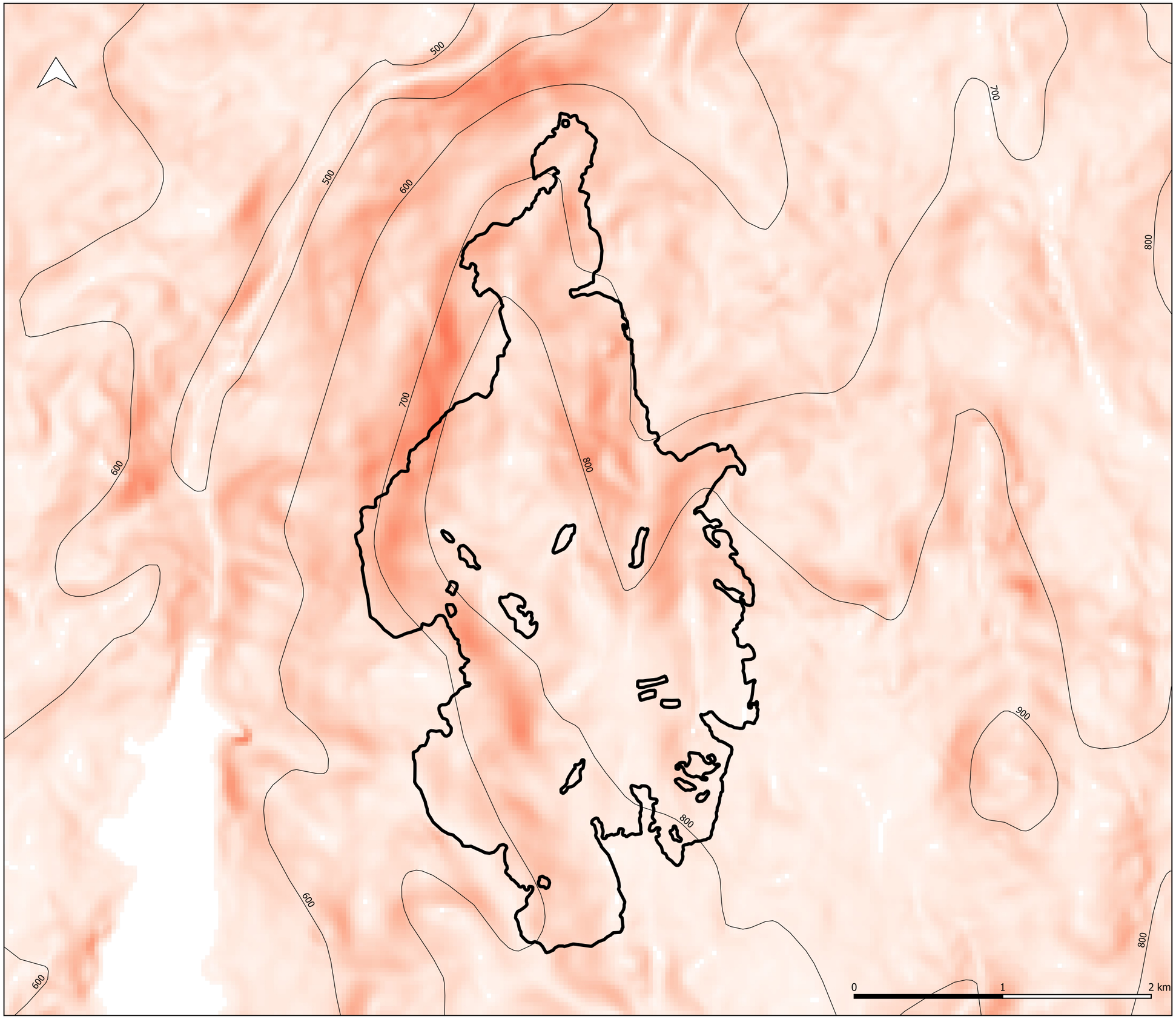
Legenda

Modelo Digital de Terreno
- 450 (min)
- 970 (máx)
- Curvas de nível (100m)
- Linhas de água
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344 (10-07-2020)
Carta de altimétrica

Fonte: ICNF, I.P,	Esc: 1:25000
Data: 27 de outubro 2020	**03 -A3**



Legenda

Declives (%)

- 1
- 10
- 20
- 30
- 40
- 50
- 60
- 70
- 80
- 90
- 100

Curvas de nível (100m)

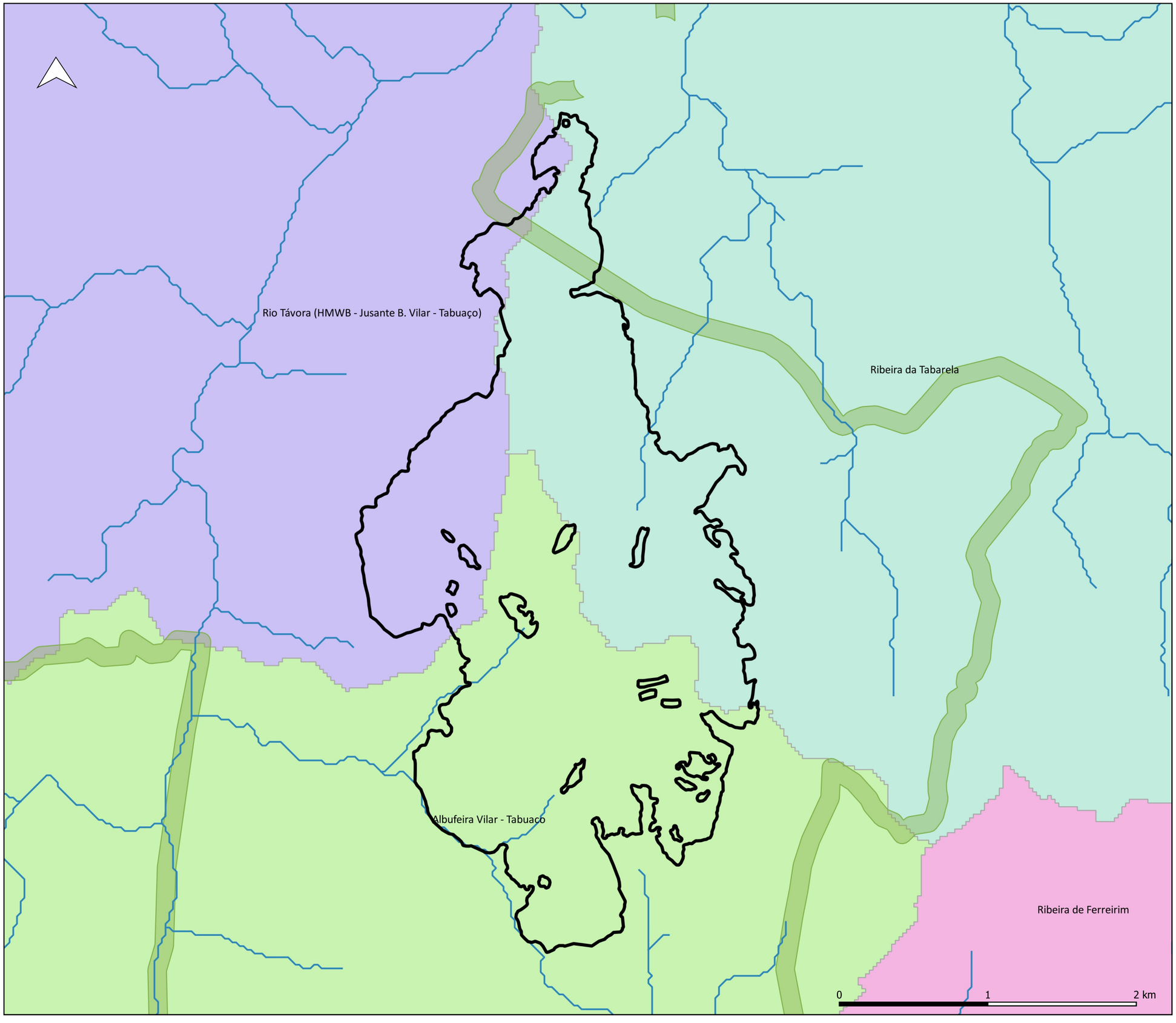
Linhas de água

Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344
(10-07-2020)
Carta de declive

Fonte: ICNF, I.P,	Esc: 1:25000
Data: 27 de outubro 2020	**04 -A3**



Legenda

Sub_bacias hidrográficas

- Albufeira Vilar - Tabuaco
- Ribeira da Tabarela
- Ribeira de Ferreirim
- Rio Távora
- Linhas de água
- RPFGC
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344
(10-07-2020)
Carta de sub-bacias e RPFGC planeada

Fonte: ICNF, I.P	Esc:1:25000
Data: 27 de outubro 2020	**05 -A3**

CONCELHO DE TABUAÇO

CONCELHO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

CONCELHO DE PENEDONO

CONCELHO DE MOIMENTA DA BEIRA

CONCELHO DE SERNANCELHE

0 1 2 km

Legenda

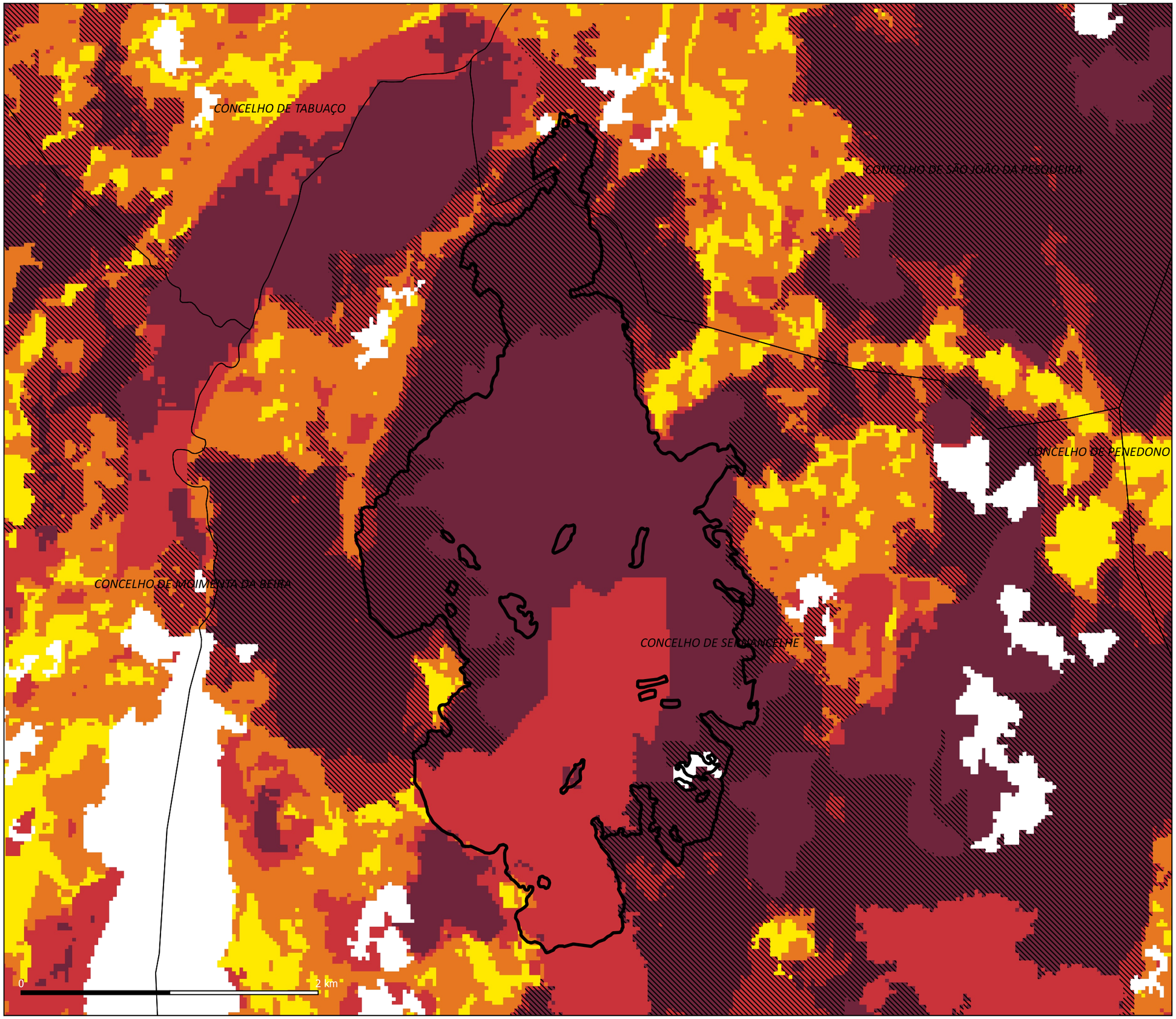
COS 2018

- Agrícola
- Águas interiores
- Carvalho
- Castanheiro
- Eucalipto
- Matos
- Outras folhosas
- Outras resinosas
- Pastagens
- Pinheiro-bravo
- Urbano
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344
(10-07-2020)
Carta de ocupação do solo (COS2018)

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:25000
Data: 27 de outubro 2020	**06-A3**



Legenda

Perigosidade conjuntural (2020)

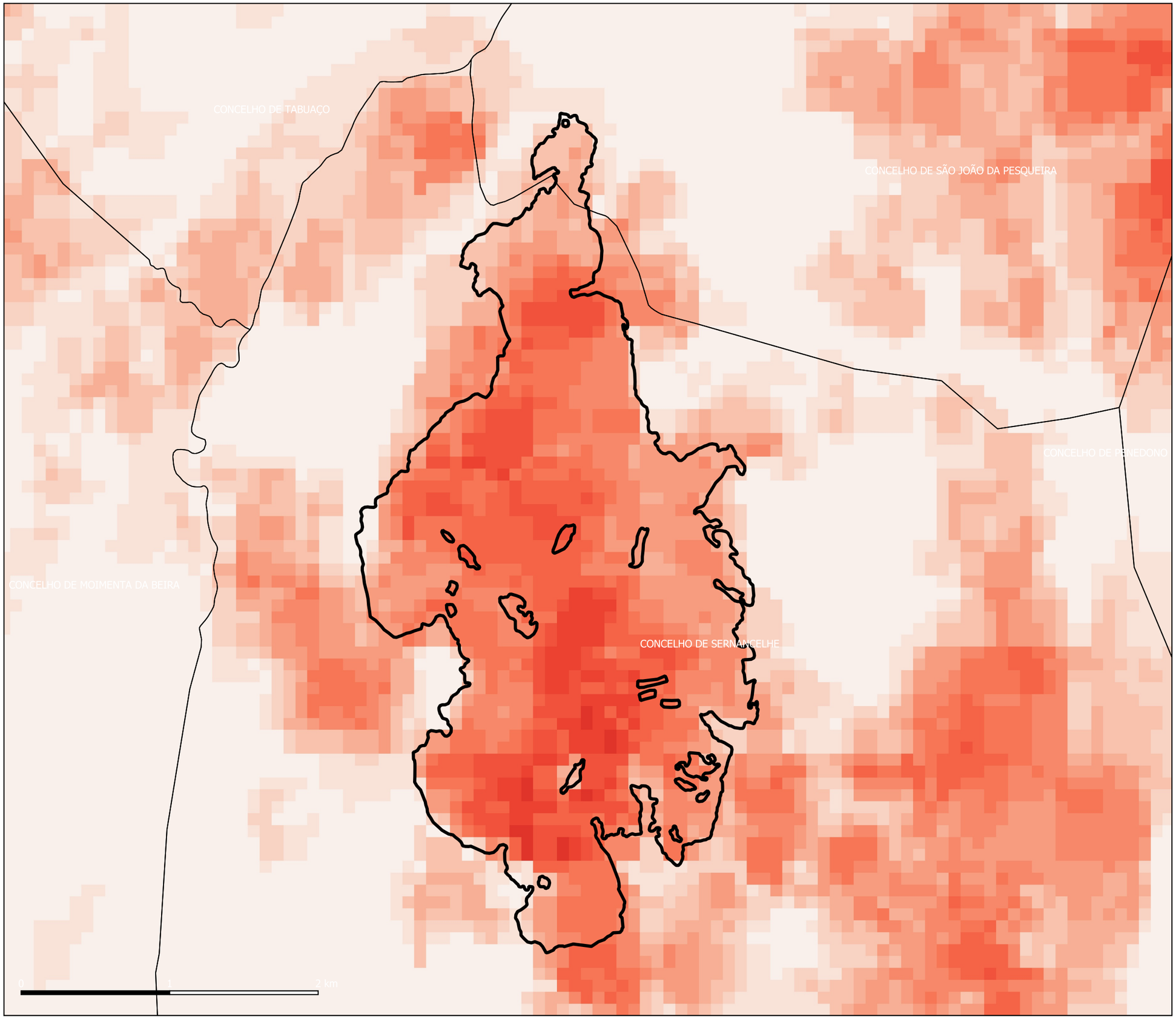
- Nula
- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta
- Áreas com potencial para grandes incêndios

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344 (10-07-2020)
Carta de perigosidade de incêndio 2020

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:50.000
Data: 27 de outubro 2020	**07-A3**



Legenda

Recorrência de incêndio (1975-2019)

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11

Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344
(10-07-2020)
Carta de recorrência de incêndio (1975-2019)

Fonte: ICNF, I.P.	Esc: 1:25000
Data: 27 de outubro 2020	**08-A3**

CONCELHO DE SERNA

0 1 2 km

Legenda

Severidade de incêndio (Sentinel)

- Severidade muito reduzida
- Severidade reduzida
- Severidade média
- Severidade elevada
- Severidade muito elevada
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344
(10-07-2020)
Carta de severidade de incêndio (dNBR)

Fonte: ICNF, I.P, Sentinel 2	Esc:1:25650
Data: 27 de outubro 2020	**09-A3**

CONCELHO DE TABUAÇO

CONCELHO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

CONCELHO DE PENEDONO

CONCELHO DE MOIMENTA DA BEIRA

CONCELHO DE SERNANCELHE

0 1 2 km

Legenda

Infraestruturas de intervenção prioritária

- RVF
- Linhas de água
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Riodades - BL120344 (10-07-2020)
Carta de áreas prioritárias para intervenção

Fonte: ICNF, I.P	Esc:1:25000
Data: 27 de outubro 2020	**10-A3**

ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**. Define o âmbito da **recuperação de áreas ardidas** (art.º 3.º, n.º 1, al. *x)*) e a obrigatoriedade da incorporação de medidas de recuperação no PNDFCI e no restante planeamento de DFCI (art.º 8 e art.º 11.º). No seu artigo 36.º estabelece normas relativas à remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação rodoviária e relativas às ações de estabilização de emergência.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	**Estratégia Nacional para as Florestas** (primeira atualização da Estratégia aprovada pela RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro). A recuperação das áreas ardidas é abordada no âmbito da desertificação, do fomento do associativismo (ZIF) e da política de DFCI. Nos objetivos estratégicos definidos surge o "**A.9 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados**", para o qual na Matriz Estratégica são definidos vários objetivos específicos e operacionais, incluindo-se nestes últimos: - Avaliar os incêndios com áreas superiores a 500ha tendo em vista a ponderação da recuperação de emergência; - Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio, com base nos relatórios produzidos pelo ICNF; - Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio.
Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro Portaria n.º 105-A/2018, de 18 de abril Portaria n.º 111-A/2018, de 27 de abril Portaria n.º 237-B/2018, de 28 de agosto Declaração de Retificação n.º 30/2018, de 6 de setembro Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro Portaria n.º 42-B/2019, de 30 de janeiro Portaria n.º 48/2019, de 7 de fevereiro	Estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.4 «**Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos**», ambas inseridas na ação 8.1 «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)**. Prevê, no âmbito da recuperação de áreas ardidas, o apoio às seguintes tipologias de intervenção: - Reflorestação de áreas afetadas e recuperação de infraestruturas danificadas (nível das explorações florestais); - Recuperação das infraestruturas danificadas, controlo da erosão, tratamento e proteção das encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda de biodiversidade (nível de escala territorial relevante).
Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro	Homologa a estrutura tipo da Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, regulamentando o n.º 3 do art.º 36.º do Dec.-Lei n.º 124/2006.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março	Aprova a **Diretiva Única de Prevenção e Combate**, na qual se inclui a componente de recuperação das áreas ardidas. Atribui ao ICNF a definição das melhores medidas de recuperação pósincêndio, a detalhar em diretiva própria. À AGIF devem ser comunicadas as ações realizadas, cabendo-lhe ainda o apuramento das perdas decorrentes dos incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro	Aprova a **missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais** (SGIFR). Define como um dos elos da "cadeia de valor dos incêndios florestais" o designado "**Pós-evento**", que inclui "a reabilitação, operacionalizada pelo ICNF, nas áreas públicas sob sua gestão, pelos municípios e pelas pessoas singulares ou coletivas de natureza privada detentoras de espaços florestais e ainda pelas organizações de produtores florestais, pelas entidades gestoras de zonas de intervenção florestal e pelas entidades gestoras de baldios, e as lições aprendidas e melhoria contínua, responsabilidade de todas as entidades e confiada à coordenação da AGIF, em colaboração com todas as entidades do SGIFR".
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho	Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o qual atribui ao ICNF a competência de definição das intervenções de estabilização e recuperação.